

Turismo, Cidades, Colecionismo e Museus

William Cleber Domingues Silva
(Organizador)



Atena
Editora

Ano 2021

Turismo, Cidades, Colecionismo e Museus

William Cleber Domingues Silva
(Organizador)



Atena
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Turismo, cidades, colecionismo e museus

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Kimberly Elisandra Gonçalves Carneiro
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: William Cleber Domingues Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T938 Turismo, cidades, colecionismo e museus / Organizador
William Cleber Domingues Silva. – Ponta Grossa - PR:
Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-942-4

DOI 10.22533/at.ed.424213103

1. Turismo. I. Silva, William Cleber Domingues
(Organizador). II. Título.

CDD 338.4791

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A coleção “Turismo, cidades, colecionismo e museus” é uma obra que tem como foco principal a discussão científica por intermédio de trabalhos diversos que compõem seus capítulos. O volume apresenta relevantes investigações científicas relacionadas ao tema proposto pelo livro.

O objetivo central foi apresentar de forma objetiva e atual estudos desenvolvidos em diversas instituições de ensino e pesquisa do Brasil, Portugal e Equador. Os trabalhos que compõem esse volume abordam possíveis relações existentes entre os temas que nortearam as contribuições dos autores: turismo, cidades, colecionismo e museus.

O surgimento e avanço da crise sanitária mundial provocada pela pandemia COVID 19 bem como seus impactos no setor de turismo, nas cidades e nos museus também despertaram relevantes reflexões dos autores.

Temas diversos e interessantes são, deste modo, discutidos aqui com a proposta de disseminar o conhecimento científico desenvolvido por profissionais de turismo e áreas afins atuantes em diferentes regiões do Brasil e do mundo.

Desta forma destaca-se que o título “Turismo, cidades, colecionismo e museus” é uma obra direcionada a profissionais e acadêmicos de diferentes áreas do conhecimento humano. O livro apresenta em seus capítulos temas relevantes para os interessados em se atualizarem em assuntos debatidos pelas ciências sociais aplicadas.

Finalizando considera-se relevante registrar o importante papel desempenhado pela Atena Editora enquanto plataforma capaz de oferecer a pesquisadores e leitores um espaço adequado para apresentação, divulgação e publicação de pesquisas científicas no Brasil.

Desejamos a todos uma excelente viagem!

William Cleber Domingues Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

TURISMO E VIAGENS CULTURAIS *ON-LINE* EM TEMPOS DE PANDEMIA: UM ESTUDO DE BASE ETNOGRÁFICA SOBRE O PROJETO VIAJAR DE CASA

Karla Estelita Godoy

DOI 10.22533/at.ed.4242131031

CAPÍTULO 2..... 23

INCENTIVOS FINANCEIROS DESTINADOS AO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO ESTADO DE SÃO PAULO

Aracelis Gois Morales Rigoldi

Graziela Oeste Graziano Cremonesi

Valéria Rueda Elias Spers

Marli Terezinha Vieira

Angélica Gois Morales

DOI 10.22533/at.ed.4242131032

CAPÍTULO 3..... 38

DESAFIOS DA POLÍTICA NACIONAL DE TURISMO: O IMPACTO DA LEI GERAL DO TURISMO NO PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO

Giovanna Adriana Tavares Gomes

Elaine Gomes Borges da Silva

Jane Márcia do Nascimento Teixeira Scorzelli

DOI 10.22533/at.ed.4242131033

CAPÍTULO 4..... 55

O TURISMO DE INTERESSES ESPECIAIS EM ESPAÇO RURAL: POSSIBILIDADES PARA A ATIVIDADE TURÍSTICA PÓS-COVID-19

Carla Oliveira Brito

Janine Santos de Sousa

Sara Caroline Chagas dos Santos

Natalia Silva Coimbra de Sá

DOI 10.22533/at.ed.4242131034

CAPÍTULO 5..... 73

A CIBERMUSEALIZAÇÃO: O OBJETO MUSEOLÓGICO EM DOIS MUSEUS VIRTUAIS BRASILEIROS

Rosali Henriques

Rafael Chaves

DOI 10.22533/at.ed.4242131035

CAPÍTULO 6..... 84

ANOTHER TOURISM IS POSSIBLE: THE SOCIAL AND SOLIDARITY ECONOMY COMMUNITY TOURISM IN AGUA BLANCA

Lucia Dolores Loor Bravo

DOI 10.22533/at.ed.4242131036

CAPÍTULO 7.....	95
O MARKETING TURÍSTICO DA EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO (EMBRATUR) E A CONCEPÇÃO DE “MULHER BRASILEIRA” EM TERRAS ESTRANGEIRAS COMO MULATAS	
Crislaine Custódia Rosa Kerley dos Santos Alves	
DOI 10.22533/at.ed.4242131037	
CAPÍTULO 8.....	109
QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS: PARA UMA COMPREENSÃO DO TURISTA HÍBRIDO	
Helio Fernando Lôbo Nogueira da Gama	
DOI 10.22533/at.ed.4242131038	
CAPÍTULO 9.....	123
WALKING TOUR COMO FERRAMENTA DE POTENCIALIZAÇÃO DA VISITAÇÃO EM DESTINOS TURÍSTICOS PÓS PANDEMIA	
Carla Nou Levita Jaime José da Silveira Barros Neto	
DOI 10.22533/at.ed.4242131039	
CAPÍTULO 10.....	135
A QUESTÃO DA HOSPITALIDADE FACE A NOVA COEXISTÊNCIA CULTURAL NO TERRITÓRIO EUROPEU CONTEMPORÂNEO: DESAFIOS PARA O FAZER TURISMO	
Eduardo Taborda de Jesus Flavia de Brito Panazzolo	
DOI 10.22533/at.ed.42421310310	
CAPÍTULO 11.....	152
RESORTS BRASILEIROS: DESCRIÇÃO DO DESEMPENHO DAS VENDAS ENTRE 2016 E 2017, ATRAVÉS DA TAXA DE OCUPAÇÃO, RECEITA MÉDIA E TREVPAR GERAIS E SEGMENTADOS POR AMBIENTE GEOGRÁFICO	
Antonio Carlos Bonfato	
DOI 10.22533/at.ed.42421310311	
CAPÍTULO 12.....	177
CARTOGRAFIA DO TURISMO: ÓTICA GEOTURÍSTICA E GESTORA DO MUNICÍPIO DE BELÉM – PARÁ	
Lucas Daniel Noronha Ferreira Mozart dos Santos Silva Erick Peuriclepes Rodrigues da Silva Dickson Weverton Sobral de Souza Arthur Jeronimo Santana Aragão Mayara Cobacho Ortega Caldeira Carlos Rodrigo Tanajura Caldeira Anna Júlia Souza Dias Wallace Douglas da Cruz Santos Marcos Gabriel Silva e Silva	
DOI 10.22533/at.ed.42421310312	

CAPÍTULO 13	190
A FERRAMENTA DE ANÁLISE DE DADOS <i>BIG DATA</i> , SEUS USOS NO TURISMO E UMA PROBLEMATIZAÇÃO SOBRE AS POSSIBILIDADES DE SEU USO EM FOZ DO IGUAÇU	
Alfredo Brito Aguiar Andressa Szekut	
DOI 10.22533/at.ed.42421310313	
CAPÍTULO 14	211
ACESSIBILIDADE E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO TEATRO AMAZONAS - IMPLICAÇÕES PARA O TURISMO	
Marklea da Cunha Ferst Helen Rita Menezes Coutinho Lucia Claudia Barbosa Santos	
DOI 10.22533/at.ed.42421310314	
CAPÍTULO 15	230
ANÁLISE DA GOVERNANÇA EM UMA EXPERIÊNCIA DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: APLICAÇÃO DO MODELO MAG DO TBC À ADESCO	
João Gabriel Barrêto Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.42421310315	
CAPÍTULO 16	247
TURISMO, PONTA DO CORUMBAU, PROGRESSO E SUSTENTABILIDADE: UMA PESQUISA DE FENÔMENO SITUADO	
Hélio Fernando Lôbo Nogueira da Gama	
DOI 10.22533/at.ed.42421310316	
CAPÍTULO 17	263
COMUNIDADE QUE SUSTENTA A AGRICULTURA - PERSPECTIVA DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E DA SUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE PÉ NA TERRA DE BRASÍLIA	
Juzânia Oliveira da Silva Brandão	
DOI 10.22533/at.ed.42421310317	
CAPÍTULO 18	278
DIAGNÓSTICO DO TURISMO NO DISTRITO DE ITAIACOCA, PONTA GROSSA-PR: ESTUDO TEÓRICO PRELIMINAR PARA O PLANEJAMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL LOCAL	
Luiz Fernando de Souza Natali Calderari	
DOI 10.22533/at.ed.42421310318	
CAPÍTULO 19	288
TURISMO DE COMPRAS NA FRONTEIRA JAGUARÃO-RS/BRASIL E RIO BRANCO/URUGUAI: UMA REFLEXÃO SOBRE IMPACTOS DA COVID-19 NA ECONOMIA	
Caio Lucas Rossi Angela Mara Bento Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.42421310319	

CAPÍTULO 20.....	298
VIAGENS E TURISMO: EMÍLIA SNETHLAGE E HELOISA ALBERTO TORRES AS CIENTISTAS E VIAJANTES DA AMAZÔNIA DO SÉCULO XX	
Diana Priscila Sá Alberto	
DOI 10.22533/at.ed.42421310320	
CAPÍTULO 21.....	319
O CONCRETO PENSADO: ALGUMAS CATEGORIAS ANALÍTICAS PARA UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DO FENÔMENO TURISMO	
Hélio Fernando Lôbo Nogueira da Gama	
DOI 10.22533/at.ed.42421310321	
CAPÍTULO 22.....	329
DESVENDANDO EMOÇÕES NO MUSEU GRUPPELLI: BREVES APONTAMENTOS CONCEITUAIS	
José Paulo Siefert Brahm	
Juliane Conceição Primon Serres	
Diego Lemos Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.42421310322	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	344
ÍNDICE REMISSIVO.....	345

CAPÍTULO 6

ANOTHER TOURISM IS POSSIBLE: THE SOCIAL AND SOLIDARITY ECONOMY COMMUNITY TOURISM IN AGUA BLANCA

Data de aceite: 22/03/2021

Lucia Dolores Loor Bravo

Universidad Técnica de Manabí -
Economía
ORCID: 0000-0003-3791-6576

RESUMEN: El surgimiento en la década del 80 del *turismo comunitario* en Ecuador, constituye una estrategia de desarrollo para las comunidades locales asentadas en territorios ancestrales, es la manifestación de los pueblos indígenas en la lucha permanente por la reivindicación de sus derechos en un contexto histórico regional, marcado por los estragos de las políticas neoliberales, que impulsaron la presencia de empresas extractivas en sus territorios; así como medio para la autogestión del territorio y de los recursos, que son aprovechados para consolidar su lugar en el Estado y en el mercado. Conceptualizar el turismo comunitario permite resaltar sus características e importancia, así como el rol que puede desempeñar como factor dinamizador del desarrollo territorial/local. En la dimensión conceptual del turismo comunitario, es importante ubicarlo desde la mención de sostenibilidad. Al final del siglo XX e inicios del siglo XXI, han surgido nuevos tipos de turismo en oposición al tradicional turismo de masas. Esta nueva forma de gestionar el turismo se relaciona con otras actividades asociadas al disfrute de la naturaleza, el aire libre, este segmento de turistas tiene cultura ambiental y busca diferenciación del producto turístico. Esta

otra forma de pensar y hacer turismo constituye el referente empírico del trabajo que se presenta. El objetivo principal es identificar la relación del *turismo comunitario* con la Economía Social y Solidaria, de igual manera se analiza en qué medida, ésta forma de gestionar el turismo ha contribuido al desarrollo socioeconómico de la comuna Agua Blanca, seleccionada como caso de estudio. Los resultados aquí expuestos son parte de un amplio estudio doctoral que, desde una mirada multidimensional plantea un conjunto de potencialidades y limitaciones, con el fin de determinar los aspectos a tener en cuenta para la toma de decisiones y la implementación de acciones a futuras.

PALABRAS CLAVE: Turismo comunitario – economía social solidaria - desarrollo socioeconómico – potencialidades – limitaciones

ANOTHER TOURISM IS POSSIBLE: THE SOCIAL AND SOLIDARITY ECONOMY COMMUNITY TOURISM IN AGUA BLANCA

ABSTRACT: The emergence in the 1980s of community tourism in Ecuador, constitutes a development strategy for local communities based in ancestral territories, and the manifestation of indigenous peoples in permanent struggle for their claim in a regional historical context, marked by the damage of neoliberal policies, which boosted the presence of extractive companies in their territories; as a means for self-management of the territory and resources, which are approved to consolidate its place in the State and in the market. Conceptualizing community tourism makes it possible to highlight its characteristics

and importance, as well as the role it can play as a dynamic factor in the territorial / local development. In the conceptual dimension of community tourism, it is important to use it from the moment of sustainability. At the end of siglo XX and beginnings of siglo XXI, new types of tourism have arisen in opposition to the traditional mass tourism. This new way of managing tourism is related to other activities associated with enjoying nature, free air, this segment of tourists has an environmental culture and seeks to differentiate tourism products. This other way of thinking and tourism is the empirical reference of the work that is presented. The main objective is to identify the relationship of community tourism with the Social and Solidary Economy, in the same way it is analyzed to what extent, this way of managing tourism has contributed to the socio-economic development of the Agua Blanca community, selected as a study case. The results here are part of a large doctoral studio that, from a multidimensional view, plans a set of potentialities and limitations, in order to determine the aspects to be taken into account for the decision making and implementation of actions in the future.

1 | INTRODUCCIÓN

Ecuador se ubica geográficamente en América del Sur, en su territorio de aproximadamente 256.000 Km², conviven 15 nacionalidades con diferentes etnias, distribuidas en 24 provincias, 221 cantones y 1149 parroquias¹. Es un importante exportador de petróleo, consta como el principal exportador de banano a nivel mundial y uno de los principales productores de flores, camarones y cacao. La actividad turística se ha convertido en una importante fuente de ingresos lo cual posiciona al país como uno de los referentes regionales en recepción de turismo internacional.

La posición del turismo es notable en la economía del país, si se consideran las exportaciones no petroleras, el turismo se ubica en el tercer puesto después de las exportaciones tradicionales como el banano y el camarón, como se observa a continuación en la tabla 1.

¹ Adicionalmente, según la nueva estructura del Estado, se hace énfasis en la organización zonal y la desconcentración. Ello conllevó al país a la segmentación en nueve zonas de Planificación, entre las cuales se encuentra la Zona 4, que corresponde a Manabí y Santo Domingo de los Tsáchilas (SENPLADES, 2010).

**TABLA 1. Posición del Turismo en la Economía del Ecuador
2015 – 2016**

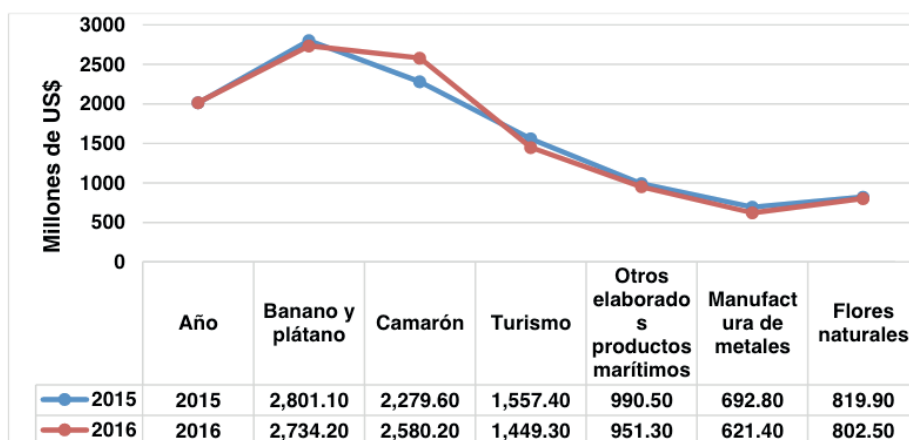


Figura 1: Posición del turismo en la economía del Ecuador 2015-2016

Fuente: Elaboración propia a partir de datos del Ministerio de Turismo del Ecuador (2017)

Según El Plan Estratégico de Desarrollo de Turismo Sostenible de Ecuador 2020 “El potencial turístico en Ecuador (PLANDETUR), se basa en su alta diversidad en términos de cultura, paisajes, sitios históricos y riqueza natural”. (PLANDETUR, 2007, p.10). Divido en cuatro regiones físicamente diversas: la Región Insular o Galápagos, la Litoral o Costa, la Andina o Sierra y la Amazónica u Oriente. Las Islas Galápagos con fauna y flora única, declarada por la UNESCO en 1979 patrimonio natural; la región Litoral o Costa caracterizada por sus playas y manglares; la Andina o Serranía, que la distinguen sus grandes montañas, volcanes y ciudades coloniales, destacan Quito y Cuenca declaradas Patrimonio Cultural de la humanidad; y la Amazónica con su selva de flora y fauna únicas en su especie y el asentamiento de etnias indígenas, en esta región se ubica “el Parque Nacional Yasuní, reconocido por la UNESCO en 1989, como Reserva de la Biosfera Terrestre” (Ministerio del Ambiente del Ecuador, 2010, p. 59).

A medida que el turismo tradicional se desarrolla en el Ecuador y como consecuencia de las nuevas tendencias mundiales, a raíz de la preocupación por la problemática ecológica a nivel global, surgen nuevas formas de pensar y hacer turismo, denominadas o conocidas bajo el nombre de *turismo alternativo*, definido por Cater (1983) como “Actividades desarrolladas en una escala menor, por prestadores locales, consecuentemente con menores impactos, y una alta proporción de las ganancias retenidas en la localidad” (citado en Narváez E, 2014, p. 14).

Este nuevo enfoque contribuye al desarrollo sostenible, difundido desde el paradigma

de la sustentabilidad a raíz del informe Brundtland, donde se refleja la preocupación en torno al crecimiento turístico que puede llevar a la depredación de la naturaleza y la cultura local.

Particularmente en Ecuador, una de las manifestaciones asociadas al turismo alternativo a partir de las tendencias de la demanda turística y los esfuerzos de muchas comunidades por atraer turistas como forma de solventar la crisis económica, el desempleo y los bajos ingresos de sus moradores, es el surgimiento de una nueva forma de gestión de esta actividad, conocida como *turismo comunitario*.

¿Cómo entender el turismo comunitario?

La Federación Plurinacional de Turismo Comunitario del Ecuador (FEPTCE), en sus estatutos del mismo año lo conceptualiza como “la relación de la comunidad con los visitantes desde una perspectiva intercultural en el desarrollo de viajes organizados con la participación consensuada de sus miembros, garantizando el manejo adecuado de los recursos naturales, la valoración de sus patrimonios, los derechos culturales y territoriales de las nacionalidades y pueblos para la distribución equitativa de los beneficios generados”. (FEPTCE, 2007, p.1)

Más recientemente, Cabanilla lo define como “toda actividad económica solidaria que relaciona a la comunidad con los visitantes desde una perspectiva intercultural, con participación consensuada de sus miembros, propendiendo al manejo adecuado de los recursos naturales y la valoración del patrimonio cultural, basados en un principio de equidad en la distribución de los beneficios generados”. (Cabanilla, 2014, p.26)

En esencia, el *turismo comunitario* asocia en forma dinámica y sinérgica los principios de cohesión social entorno a un objetivo común, propiciando la autogestión, de forma que los miembros de la comunidad asuman el protagonismo que les corresponde en su planificación, operacionalización, supervisión y desarrollo; fortaleciendo las prácticas democráticas, la participación y la cooperación entre los miembros de la comunidad.

La gestión comunitaria de la actividad turística, en esencia refleja la autodeterminación de las organizaciones indígenas y campesinas, para consolidar sus derechos de pueblo ancestral, es una alternativa que les ofrece la oportunidad de apostar por su desarrollo, es el medio para contrarrestar los efectos del modelo dominante del turismo tradicional que garantiza la apropiación de beneficios por el capital transnacional. “un primer gran eje para el desarrollo del *turismo comunitario* es la resistencia de las comunidades indígenas a la presencia de empresas madereras, petroleras y de otras actividades productivas-extractivas que, en la forma en que se plantearon, de los años 70 en adelante, afectaron seriamente al medio ambiente, al tejido social y a las condiciones de vida de los pueblos indígenas” (Solís, 2007, p. 27).

GESTIÓN COMUNITARIA DEL TURISMO EN AGUA BLANCA EN EL CONTEXTO DE LA ECONOMÍA POPULAR Y SOLIDARIA EN ECUADOR

En la costa ecuatoriana se ubica el cantón Puerto López, considerado pionero en la práctica del turismo comunitario, actividad que se remonta a la década del 80, siendo gestionada por cuatro comunidades que tienen la denominación de Comunas Jurídicas²: Salango, Las Tunas, El Pital y Agua Blanca. Esta última se destaca por ser la precursora en el desarrollo del turismo comunitario de la zona, así como por su alto nivel de organización en la gestión de la actividad y es reconocida como la de mayor relevancia en la gestión del turismo comunitario en el cantón.

La Comuna Agua Blanca está ubicada en el valle de Buena Vista. El territorio comunitario abarca una superficie de 8048 has. Está en el corazón del Parque Nacional Machalilla (PNM), que es una de las áreas protegidas más extensas de la costa ecuatoriana. Éste comprende dos zonas: una terrestre (56 184 ha entre 0 y 840 msnm) y una marina (14.430mn). tiene la función de proteger ecosistemas marinos (costa, islotes, Isla de la Plata, Isla Salango, zona marina donde se reproducen las ballenas jorobas) y terrestres (bosque seco tropical). La comuna no presenta acceso al mar. Sin embargo, se encuentra muy cerca de la playa de los Frailes, un atractivo importante del cantón.

El marco regulatorio del turismo ecuatoriano consagra entre los principios de la actividad turística, la iniciativa y participación comunitaria indígena, campesina, montubia y afroecuatoriana, con su cultura y tradiciones, para preservar su identidad, proteger su ecosistema y participar en la prestación de servicios turísticos (Art. 3, Ley de turismo. 2002). La legislación contempla un consejo consultivo de turismo donde participa con voz y voto un representante de la FEPTCE (Art, 14 Ley de turismo).

Ecuador cuenta con la Ley Orgánica de Economía Popular y Solidaria (LOEPS), que promueve un interés especial, no solo en los actores económicos sino en los ciudadanos y ciudadanas en general. La solidaridad, la cooperación y la reciprocidad son factores evidentes que van en beneficio de las propias organizaciones comunitarias, asociativas y cooperativas, permitiéndoles una mayor capacidad de supervivencia frente a las empresas capitalistas, por su gran cohesión social (Art.1. LOEPS, 2011).

Lo expuesto en líneas anteriores, permite identificar el turismo comunitario como una actividad económica que desde el enfoque de la economía social y solidaria fomenta la innovación y la creatividad, como iniciativas que conducen a la inserción socioeconómica de los sectores vulnerables y marginados, impulsados por principios de justicia, solidaridad y sostenibilidad.

2 En el Ecuador la Primera Ley de Organización y Régimen de Comunas fue publicada en 1937, luego de varias reformas, se aprobó en el año 2013 la última Ley de Comunas y Comunidades del Ecuador, según la cual la Comuna “es una forma de organización territorial ancestral, de carácter rural o urbano, que agrupan a familias con características propias, idioma, territorio y propiedad colectiva, cultura, usos, costumbres y tradiciones, con una memoria histórica compartida y regidas por autoridades propias, conforme a la Constitución y la Ley, con deberes y atribuciones para ejercer derechos y contraer obligaciones”. (Ley de Comunas, 2013, p.8).

La Constitución de la República del Ecuador Art. 283: “reconoce al ser humano como sujeto y fin; propende a una relación dinámica y equilibrada entre sociedad, Estado y mercado, en armonía con la naturaleza; y tiene por objetivo garantizar la producción y reproducción de las condiciones materiales e inmateriales que posibiliten el buen vivir.” Adicionalmente el “sistema económico se integrará por las formas de organización económica pública, privada, mixta, popular y solidaria y las demás que la Constitución determine” (2008 p. 82)

Para Coraggio “la economía solidaria trata de llegar al Buen Vivir, donde éste “Incluye asumir y disfrutar de conductas que son solidarias con las condiciones de buena vida de los otros, rechazando la indiferencia individualista que propician el utilitarismo posesivo estrecho, así como las tendencias a una diferenciación destructiva del otro, si es que no autodestructiva” (2011, p. 27)

De tal manera que en la relación *turismo comunitario – economía solidaria*, no se conciben aquellas actuaciones que atenten al medio ambiente, rompan las relaciones sociales comunitarias y enriquezcan a unos pocos. La economía solidaria y el turismo comunitario nacen como propuestas para la transformación local y la construcción del buen vivir.

AGUA BLANCA UNA LECCIÓN APRENDIDA, ENTRE POTENCIALIDADES Y LIMITACIONES

La determinación del grupo de potencialidades y limitaciones que se listan en la tabla 2, se derivan de la extensa consulta y revisión documental de fuentes oficiales, como, por ejemplo: Informes del Ministerio de Turismo (MINTUR), Ministerio del Ambiente (MAE), Plan de Plan de Ordenamiento Territorial de Puerto López (PDOT), además de las entrevistas, encuestas y observación directa realizadas en el proceso de investigación de investigación doctoral de la autora y que se presentan de manera sintética en este apartado.

LIMITACIONES	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> - Desarticulación entre los líderes de la comunidad y los actores institucionales. - Programas de capacitación integral insuficientes. - Falta de financiamiento para creación y mejora de infraestructuras, la promoción del turismo comunitario y la modernización tecnológica. - Desarticulación de las instituciones de la educación superior con el desarrollo comunitario. - Presencia de cadenas hoteleras. - Estacionalidad. - Limitado apoyo estatal. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ubicación geográfica estratégica. - Cultura ancestral comunitaria. -Aumento del nivel de conciencia ambiental en la población - Experiencia de los gestores en el turismo comunitario. - Encadenamientos productivos: generación de actividades productivas complementarias al turismo comunitario. - Diversificación de actividades turísticas dentro del turismo comunitario. - Liderazgo y capacidad de gestión.

Tabla 2: Principales limitaciones y potencialidades para el desarrollo socioeconómico

Fuente: Elaboración propia

A continuación, se describe las **potencialidades** con las que cuenta el territorio de Agua Blanca:

Ubicación geográfica estratégica: Se encuentra dentro del área protegida del Parque Nacional Machalilla, que es institucionalmente administrado por el Ministerio del Ambiente, lo que resulta muy favorable en tanto se cuenta con el marco regulatorio necesario para la práctica del turismo comunitario. Paralelamente, otro aspecto a su favor es la construcción de La Ruta del Spondylus, una vía considerada de primer orden y que tiene dimensión binacional (Perú – Ecuador).

Cultura ancestral: La comuna es originaria de una gran riqueza histórica y cultural preincaica de la civilización Manteña (1.500 A.C). Los restos arqueológicos descubiertos en el lugar, han propiciado la promoción del turismo cultural, través de actividades como las visitas al museo arqueológico de la comuna y a las urnas funerarias, el festival de la balsa manteña y el baile de las danzas ancestrales, lo que ha contribuido al cuidado de las riquezas culturales y al fortalecimiento de los procesos internos de participación e inclusión de la población.

La experiencia de los gestores en el turismo comunitario: los inicios de esta actividad datan desde los años ochenta del siglo XX. Vinculado a esta consideración se puede destacar la organización de los guías turísticos de la comuna mediante el Comité de Guías, lo que facilita una mejor planificación del trabajo en función de la demanda turística.

A la luz de *preceptos de economía solidaria*, la comuna ha fortalecido el trabajo en equipo, la asociatividad y cooperación, con el compromiso de los habitantes en el logro de objetivos comunes de bienestar, y desarrollo de las capacidades, lo que se manifiesta en la distribución justa de los beneficios obtenidos, y mayores oportunidades para el acceso a una vida digna.

Generación de actividades productivas complementarias: Entre las principales constan: el servicio de transporte, el cual se impulsa mediante la promoción de la moto taxis, que es utilizado mayormente por los turistas que se hospedan en la cabecera cantonal y quieren trasladarse a la comuna. De igual manera la producción agrícola, permite el abastecimiento para el consumo y para la elaboración de alimentos que se ofertan a los turistas en las casas de hospedaje, en el comedor comunitario y/o en los locales de expendio.

El cultivo del árbol de palo santo, permite la elaboración de jabones, aceites, repelentes e inciensos y la elaboración de una amplia variedad de artesanías, en las que participan mayoritariamente mujeres, el ingreso generado por esta artesanía es uno de los más significativos dentro de la actividad turística comunal.

Diversidad de actividades turísticas: Agua Blanca oferta a los turistas, una variedad de actividades que conjugan patrimonio natural y cultural en un mismo territorio. Entre estas: el senderismo con la observación de flora guiada por los nativos, la visita al museo arqueológico, observación del centro de interpretación en el que los visitantes toman

contacto con la cultura manteña, visita a los productivos y variados huertos de la comuna. Como variante del turismo de salud se encuentra la laguna de agua sulfurosa, a la cual se le atribuyen propiedades medicinales. En este lugar se ofrecen los servicios de SPA y masajes con aceite de palo santo, requeridos mayormente por extranjeros, además es el espacio para hacer camping. Otro de los atractivos es el ascenso a un mirador desde el que se domina todo el valle del río Buena Vista.

En el centro de la comuna se encuentran dispersas las casas de hospedaje, en las cuales el turista tiene la opción de compartir las tareas cotidianas del hogar o alojarse en una cabaña independiente, en la actualidad se cuenta con capacidad para 80 turistas; la gastronomía a base de productos del mar y otros producidos en la localidad, son parte de los productos y servicios que brindan el disfrute pleno de una experiencia en contacto con la naturaleza.

A continuación, se describen las principales **limitaciones** que presenta la comuna de Agua Blanca, que en conjunto dificultan el desarrollo de la comunidad:

Desarticulación entre los líderes de la comuna y los actores institucionales: Las instituciones responsables de mantener la planificación coordinada de la actividad turística en general y, particularmente del *turismo comunitario*, por una parte, están desarticuladas entre ellas, estas son el del MINTUR, MAE, GAD cantonal, la Cámara de Turismo Cantonal y Ministerio de Agricultura y Ganadería (MAGAP), y a la vez no se vinculan de forma directa y comprometida, para dar respuesta que contribuyan al desarrollo socioeconómico de los habitantes de Agua Blanca, esta falta de articulación afecta de igual manera a las otras tres comunas del cantón Puerto López.

Insuficiencia de programas de capacitación integral: las capacitaciones llevadas a cabo muy espaciadas en el tiempo (cada 4 años) a los guías de turismo, bajo la responsabilidad del MINTUR, con el fin de renovar la licencia correspondiente a esta actividad. Farfán & Serrano (2012) destacan que “el panorama del turismo comunitario en Ecuador es prometedor, sin embargo, se deben tomar en cuenta ciertos puntos importantes como la capacitación adecuada para los guías nativos en lenguas extranjeras”. (pág. 74).

La capacitación integral requiere facilitar procesos de formación en temas específicos que involucre personal altamente capacitado en los diferentes temas de estudio según las necesidades identificadas en la comunidad (turismo, legislaciones, finanzas, cultura, gastronomía, economía, informática, primeros auxilios, ecología, marketing, entre otras) que tributen a la concreción de una propuesta exitosa y sistémica para su desarrollo socioeconómico.

Falta de financiamiento: constituye una de las principales limitantes para el desarrollo socioeconómico, de las entidades gubernamentales y al no ser sujetos de crédito por las financieras tanto públicas como privadas, los proyectos de mejora son muy difíciles de ejecutarse. Ello se debe precisamente al hecho de estar adscritos a la Ley de Comunas, lo que impide el acceso al crédito, pues la banca tanto privada como pública entre los varios

requisitos exigen garantía mediante la entrega de la escritura de propiedad de la tierra y en este caso la propiedad de la tierra es comunal³.

Desarticulación de las instituciones de educación superior con el desarrollo comunitario: La universidad como centro de conocimiento tiene la responsabilidad social de vincularse con la comunidad y tributar al desarrollo de esta. Autores como Muñoz, Díaz & Fundora) sostienen que “Las universidades, mediante sus relaciones con organizaciones e instituciones sociales, desempeñan un importante rol en el desarrollo local (...) Estos procesos favorecen también una mayor articulación y confianza entre los actores de los territorios” (2016, p. 149).

Aquí se posibilita la intervención de las universidades, a través de alianzas estratégicas con las instituciones competentes. El vínculo entre universidad y sociedad contradice la norma de educación superior ecuatoriana, que en el artículo 351 plantea que el Sistema de Educación Superior estará articulado al Plan Nacional de Desarrollo. Así mismo, la Ley Orgánica de Educación Superior (LOES) en el artículo 8 literal h, estipula entre los fines de la educación superior: “contribuir en el desarrollo local y nacional de manera permanente, a través del trabajo comunitario o extensión universitaria” (LOES, 2010, p.6).

Presencia de las cadenas hoteleras: estas funcionan bajo la lógica de los paquetes “todo incluido”, se traduce en otro limitante para el desarrollo de la comuna. esta modalidad de negocio impide el derrame del gasto de los turistas extranjeros, especialmente; afectando los niveles de ingreso captados. Lo anterior se explica por la forma en que operan y controlan estas grandes cadenas el negocio turístico, direccionando los gastos del turista a los negocios en cadenas que controlan para incrementar sus beneficios corporativos.

A partir de la identificación de las principales potencialidades y limitaciones para el desarrollo socioeconómico de Agua Blanca, merece destacar, que la concepción de los planes de desarrollo comunitario no se debe concentrar únicamente en un rubro, se trate del turismo o cualquier otro; por el contrario, estos deben enfocarse en la diversidad y complementariedad de acciones que dinamicen la economía en su conjunto y por ende favorezcan a su población.

Agua Blanca tiene como la actividad más dinámica en su desarrollo comunitario, el turismo. Sin embargo, en la medida que logre mayor dinamización, podrá generar nuevas actividades productivas y/o potenciar las ya existentes, con lo cual la población de la comunidad y sus alrededores serán los principales beneficiarios.

2 | CONCLUSIONES

El turismo convencional es representativo en la economía ecuatoriana, su crecimiento sostenido ha ido en paralelo al turismo alternativo en las tres últimas décadas, época en

³ Art 3. Ley Orgánica de Tierras Rurales y Territorios Ancestrales del Ecuador.

que emerge el *turismo comunitario*, hecho que responde a varias motivaciones, como la preocupación mundial por los recursos naturales y su preservación, la reivindicación de los derechos a sus territorios ancestrales de las comunidades indígenas y campesinas, la lucha contra la pobreza y la marginación agudizada por las políticas neoliberales.

El *turismo comunitario* representa una estrategia de desarrollo socioeconómico local, que eficientemente gestionado puede constituirse en una alternativa para aumentar los ingresos y mejorar las condiciones de vida de las comunidades locales, es socialmente solidario ya que reduce las desigualdades, además de ser culturalmente enriquecedor y ambientalmente respetuoso, al permitir que las comunidades rescaten y den a conocer su cultura, naturaleza y belleza escénica.

El caso de Agua Blanca se destaca a nivel del país y de la región latinoamericana principalmente por la resiliencia de su población, lo que les ha permitido mantener la actividad mediante una sólida gestión en base a la capacidad de organización y participación. Sin embargo, es importante tomar en cuenta que frente a las múltiples potencialidades la comunidad enfrenta limitaciones, las que de manera general son aplicables a comunidades con características similares. Es necesario que estas sean superadas mediante la voluntad política y una eficiente articulación institucional.

Queda demostrado mediante el caso de estudio, que el turismo no debe ser una fuente única de generación de ingresos para las comunidades y que estas dependen de la diversificación de productos complementarios en las cadenas de valor, así como la generación de esquemas de auto-subsistencia que en algunos casos tienen que ver con la producción orgánica de una parte de la canasta de alimentos y actividades productivas complementarias que permiten atender sus requerimientos.

En Agua Blanca, esta forma diferencia de pensar y hacer turismo, ha sido determinante en el desarrollo socio económico de los habitantes de la comunidad, donde el sentido social y solidario conduce al económico y su práctica se refleja en el interés por la inclusión, en la participación, en la cooperación y en la repartición justa de los beneficios; así como en el fomento a la igualdad de género, protección de la pluriculturalidad, al impulsar la integración de todos los elementos que confluyen en los individuos que integran la vida comunitaria, bajo los principios de cooperación, reciprocidad y solidaridad.

REFERÊNCIAS

1. CABANILLA, Enrique. (2014). **Desarrollo del turismo comunitario en Ecuador, bajo el paradigma de la complejidad desde la perspectiva local del Sumak Kawsay** en *Revista BioScriba*. Vol. 7 (1), pp. 30-49. Disponible en [Http://Www.Bioscriba.Org.Ar/Volumenes/V7n1/Cabanilla2014.Pdf](http://www.Bioscriba.Org.Ar/Volumenes/V7n1/Cabanilla2014.Pdf). Issn. 1850-4639. Consultado el 30/12/2018 a las 20:46

2. CORAGGIO, José, ARANCIBIA, María, y Deux, María. (2010). **Guía para el mapeo y relevamiento de la economía popular solidaria en Latinoamérica y Caribe**. Perú: Ediciones Nova Print S.A.C.

3. FANFÁN, Karina y SERRANO, Ana. (2012) **Turismo comunitario en Ecuador, una visión empresarial en Turismo Comunitario en Ecuador Desarrollo y sostenibilidad social.** Quito-Ecuador, Editorial Abya Yala. Disponible en <https://animacionsociocultural2013.files.wordpress.com/2013/05/turismo-comunitario-en-ecuador.pdf>

4. FEDERACIÓN PLURINACIONAL DE TURISMO COMUNITARIO DEL ECUADOR –FEPTCE- (2007). **Guía de Turismo Comunitario del Ecuador.** Ecuador, Quito.

5. LEY ORGÁNICA DE EDUCACIÓN SUPERIOR -LOES)- (2010). Suplemento -Registro Oficial N° 298. Quito. Ecuador.

6. LEY ORGANICA DE TIERRAS RURALES Y TERRITORIOS ANCESTRALES. Ley 0 Registro Oficial Suplemento 711 de 14-mar.-2016 Ultima modificación: 21-ago.-2018 Estado: Reformado. ASAMBLEA NACIONAL REPUBLICA DEL ECUADOR

7. NARVÁEZ, Estela. (2014) **El turismo alternativo: una opción para el desarrollo local.** *REV IISE*, San Juan, Vol 6 - N° 6, año 2014. pp. 9-18. Disponible en <http://www.ojs.unsj.edu.ar/index.php/reviise/article/view/53> Consultado el12/10/2018 a las 18:25.

8. Ministerio de Turismo del Ecuador. (2017). *Indicadores Turísticos.* Disponible en: <http://www.Servicios.turismo.gob.ec/index.php/turismo-cifras-2018-bpletinesmensuales-deturismo>.

9. MINISTERIO DEL AMBIENTE DEL ECUADOR-MAE- (2010) **Reservas de Biosfera del Ecuador: lugares excepcionales.** GTZ/GESORENDED-WCS- NCI-UNESCO/Quito. Ecuador. Disponible en <http://yasunitransparente.ambiente.gob.ec/documents/348542/351068/Libro+de+RB.pdf/a819048c-7f89-49fc-a26c->

10. MUÑOZ, Martha. DÍAZ, Danay. FUNDORA, Geydis. (2016) **La universidad como gestora del desarrollo local desde un enfoque multifactorial. Experiencias desde FLACSO-Cuba** Universidad y desarrollo local: contribuciones latinoamericanas. ISBN: 978-607-8066-22-3, Ed. Félix Varela-Cuba.

11. PLAN ESTRATÉGICO DE DESARROLLO DETURISMO SOSTENIBLE PARA ECUADOR PLANDETUR 2020 (2007) **Diseño del Plan Estratégico de Desarrollo de Turismo Sostenible para Ecuador “PLANDETUR 2020”.** Cooperación Técnica n° ATN/FG-9903-EC Banco Interamericano de Desarrollo (BID). Disponible en <https://www.turismo.gob.ec/wpcontent/uploads/downloads/2013/02/PLANDETUR-2020.pdf>. Consultado el 12/01/2019 a las 02:35.

12. SOLIS, Doris. (2007) **De la Resistencia a la Sostenibilidad. El proceso histórico del Turismo Comunitario en Ecuador y sus retos actuales.** En Solis, D.; Ruíz, E.et al. 2007. pp 19 – 40. Turismo Comunitario en el Ecuador. Desarrollo y sostenibilidad *social*. Universidad de Cuenca. Ecuador. 289 p.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 8, 3, 12, 20, 29, 127, 131, 195, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 284, 285

Aracaju Walking Tour 123, 124, 131, 132

B

Base de dados 78, 190, 205, 206

Big Data 8, 190, 191, 192, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 205, 206, 207, 208, 209, 210

C

Cartografia 7, 177, 178, 179, 183, 184, 185, 187, 188

Cibermusealização 6, 73, 76, 77, 82

Corumbau 8, 121, 247, 248, 249, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 327

D

Desenvolvimento Socioeconômico 38, 39, 42, 52

E

Embratur 7, 24, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 106, 107, 108, 193

Epistemologia 108, 109, 110, 262, 277, 305, 317

Espacialização 178, 181, 189, 324

Estâncias Turísticas 23, 24, 28, 31, 32, 34, 35

Estruturação dos destinos 38, 39, 51

Ética 9, 21, 49, 120, 121, 135, 137, 140, 141, 142, 263, 276

F

Foz do Iguaçu 8, 190, 191, 192, 193, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210

Free Walking Tour 123, 124, 129, 130, 131, 133

G

Gestão 3, 23, 25, 27, 30, 31, 35, 38, 39, 40, 43, 44, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 82, 111, 115, 119, 130, 150, 153, 154, 174, 175, 178, 179, 180, 183, 184, 185, 187, 190, 192, 195, 196, 197, 199, 201, 205, 206, 207, 208, 209, 211, 231, 232, 236, 239, 240, 241, 244, 245, 246, 266, 267, 270, 281, 286, 287, 288, 311, 315, 316, 319, 320

H

Hospitalidade 7, 67, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 121, 135, 136, 137, 140, 141, 142, 144, 145, 148, 149, 150, 151, 154, 175, 247, 248, 264, 271, 277, 296, 319, 320, 326

I

Imaginário 3, 4, 21, 61, 95, 96, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 114, 116, 118, 119, 298, 301, 314, 319, 324, 326, 332, 340

Internet 78

L

Legislação 23, 24, 25, 27, 28, 30, 31, 35, 36, 38, 40, 41, 44, 47, 48, 51, 72, 140, 207, 211, 283, 321

Lei Geral do Turismo 6, 38, 39, 40, 41, 45, 47, 50, 54, 178

M

Marketing turístico 7, 95, 96

Mulata Exportação 95, 103, 106

Mulher Brasileira 7, 95, 96, 97, 99, 101, 102, 103, 105, 106, 108

Musealização 78

Museologia 78

Museu da Pessoa 73, 77, 78, 79, 80, 83

Museu das Coisas Banais 73, 79, 80

Museu Virtual 73, 76, 77, 78, 79, 80, 82

O

Objeto museológico 6, 73, 74, 77, 78

P

Patrimônio 78

Patrimônio Histórico 8, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 220, 222, 226, 227, 228, 310

Pessoa com deficiência 211, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 226

Planejamento Turístico 53, 54, 126, 129, 188, 278

Política Nacional de Turismo 6, 38, 40, 44, 45, 47, 48, 50, 51, 53, 96, 97, 128, 193

Políticas públicas de turismo 23, 24, 25, 26, 30, 32, 35, 36, 44, 49, 51, 52, 108, 134, 202

Programa de Regionalização do Turismo 38, 39, 41, 49, 52, 128, 134

Progresso 8, 124, 133, 217, 247, 248, 249, 251, 258, 259, 261, 276

R

Receita média 7, 152, 155, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 167, 171

Recursos Financeiros Turísticos 23

Resorts 7, 24, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176

Roteirização Turística 123, 126, 128, 134

S

Sociologia 14, 70, 109, 110, 111, 112, 113, 121, 122, 319, 320, 326, 328, 329, 331, 337, 338, 339, 341, 342

Sustentabilidade 8, 38, 49, 52, 59, 118, 121, 126, 195, 232, 241, 246, 247, 249, 258, 261, 263, 265, 268, 269, 270, 271, 272, 280, 281, 286, 327

T

Taxa de ocupação 7, 152, 155, 156, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 167, 171

Teatro Amazonas 8, 211, 212, 213, 214, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 227, 229

Tecnologia 6, 7, 83, 129, 146, 187, 190, 195, 196, 199, 207, 213, 288, 317, 325

Terrorismo 12, 136, 137, 145, 146, 147, 148, 150

Tolerância 130, 135, 136, 140, 141, 142, 144, 149, 150, 151

Trevpar 7, 152, 155, 158, 159, 160, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172

Turismo 2, 5, 6, 7, 8, 9, 1, 2, 3, 4, 6, 9, 11, 12, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 153, 157, 171, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 207, 208, 209, 210, 211, 213, 214, 215, 220, 224, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 241, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 257, 258, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 271, 272, 273, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 308, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 344

Turismo Comunitário 234, 236, 244, 245, 266, 267, 276

Turismo de Base Comunitária 8, 230, 231, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 241, 243, 244, 245, 263, 265, 266, 267, 268, 272, 276

Turismo de interesses especiais 6, 55, 56, 57, 59, 60, 68, 69

Turismo em áreas naturais 278

Turismo Rural 55, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 69, 70, 72, 241, 245, 246, 268, 273, 278, 284, 285, 286, 287, 290

Turismo Sustentável 8, 175, 195, 232, 249, 278, 279, 280, 282, 285, 286

Turismo Virtual 1, 2

Turista Híbrido 7, 109, 319

Turismo, Cidades, Colecionismo e Museus

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Turismo, Cidades, Colecionismo e Museus

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021